

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.663, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer nova hipótese de flagrante delito, bem como modifica a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para dispor sobre meios de prova admitidos nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO

Relatora: Deputada MARIA ARRAES

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que cria uma nova hipótese de flagrante delito. De acordo com a proposta, o agente que “é encontrado, pela autoridade policial, logo após o registro da ocorrência de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa ou com deficiência”, passa a ser considerado em flagrante delito.

A proposição altera, também, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) para estabelecer que, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, “serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde, bem como as gravações de vídeo e captações de áudio que identifiquem o agressor e a vítima”.

A matéria foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise e parecer. A CMULHER opinou pela aprovação da proposta.

Trata-se de apreciação conclusiva pelas comissões.



Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Incumbe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O projeto de lei sob exame atende aos pressupostos de constitucionalidade referentes à competência da União para legislar sobre a matéria, bem como à iniciativa parlamentar para apresentação de proposta sobre o tema, nos moldes traçados pelos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

Outrossim, a proposição não afronta as normas de caráter material constantes da Carta Magna, tampouco os princípios e fundamentos que informam nosso ordenamento jurídico.

No que diz respeito à técnica legislativa, verifica-se que a proposta guarda conformidade com a Lei Complementar nº 95/98.

Em relação ao mérito, o projeto se mostra oportuno e conveniente, pois visa a assegurar uma atuação estatal ágil e eficiente na defesa das vítimas de violência doméstica e na punição dos agressores.

A rapidez na identificação e na prisão do infrator é crucial para impedir a persistência ou o agravamento dos atos violentos, preservando a integridade física e emocional das vítimas, que se encontram em situação de extrema fragilidade.

O Código de Processo Penal já prevê, entre as situações de flagrante delito (art. 302), a possibilidade de prisão do agente que for perseguido ou localizado pela polícia logo após o crime, ou que estiver em circunstâncias ou com objetos que indiquem sua autoria (incisos III e IV).



Assim, é perfeitamente viável que o agressor seja preso em flagrante quando for encontrado logo após o registro da ocorrência do delito, desde que tal registro seja feito imediatamente após os fatos e haja indícios suficientes de sua autoria. Trata-se de condição semelhante às previstas na lei, alinhando-se, assim, ao ordenamento jurídico vigente.

Além disso, como destacado pela nobre Autora do projeto, Deputada Laura Carneiro, as tecnologias hoje disponíveis permitem a identificação do autor do crime, facilitando sua prisão com base em evidências visuais ou sonoras. Dessa forma, gravações de vídeo e áudio capazes de reconhecer o agressor e a vítima podem — e devem — ser utilizadas como provas nos casos de violência doméstica e familiar.

Esse entendimento é respaldado pela jurisprudência dos tribunais superiores. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por exemplo, tem admitido a validade de gravações realizadas pela vítima, desde que utilizadas como meio de prova para a proteção de seus direitos fundamentais¹.

Portanto, conclui-se que o projeto merece o apoio desta Comissão, uma vez que contribui para o avanço da legislação processual penal e para a maior segurança das vítimas de violência doméstica e familiar, bem como da sociedade como um todo.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.663, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada MARIA ARRAES
Relatora

¹ HC n. 812.310/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 21/11/2023, DJe de 28/11/2023.

